

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008111-14.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Olavo Vidigal Silberman**
Requerido: **Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

O autor almeja ao recebimento de indenização para ressarcimento de danos morais que sofreu em decorrência da má prestação de serviços por parte da ré.

Alegou para tanto que contratou junto à mesma viagem para Ilhéus/BA e que na volta houve diversos problemas que detalhou, ensejadores da reparação postulada.

Os documentos apresentados pelo autor, em especial os de fls. 20/25, respaldam sua versão no que atina às dificuldades enfrentadas quando do embarque inicialmente previsto, ao passo que a ré não refutou específica e concretamente esses fatos.

Suscitou em seu benefício que não obrou com desídia porque o cancelamento do voo derivou de caso fortuito que não lhe poderia ser atribuído.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A leitura da peça de resistência evidencia que uma manutenção não prevista na aeronave propiciou todo o desdobramento que se deu sem que, todavia, fosse coligido um indício sequer que ao menos conferisse verossimilhança à explicação.

Tocava à ré demonstrar o que assinalou no particular, como inclusive foi referido no despacho de fl. 114, mas ela não só deixou de instruir a contestação com elementos que denotassem a ocorrência da necessidade da aludida manutenção não prevista como ressaltou a fl. 117 que não tinha interesse no alargamento da dilação probatória (o que foi amealhado a fl. 42, vale registrar, não se presta à finalidade para a qual se volta).

O mesmo raciocínio aplica-se à falta de assistência prestada ao autor durante o largo espaço de tempo em que permaneceu no aeroporto de Ilhéus/BA até ser encaminhado a um hotel, a exemplo dos problemas que se deram no dia seguinte (ida bem cedo ao aeroporto, volta ao hotel, nova ida ao aeroporto sem que o aviso respectivo fosse dado com razoável antecedência, falta de oferta de almoço durante o voo e de alimentação adequada no aeroporto de Guarulhos, além de condições impróprias de transporte de São Paulo para São Carlos).

A esse respeito, é certo que a ré declinou que prestou toda a assistência ao autor, mas não fez nenhuma prova do alegado.

Diante desse cenário, tem-se por admitida a falha na prestação dos serviços a cargo da ré, seja pelo cancelamento que fez com que o autor viajasse somente no dia seguinte, seja pela falta de assistência a ele ao longo do tempo.

Superada essa questão, conclui-se que os danos morais suportados pelo autor estão configurados.

É inegável que a dinâmica fática descrita na petição inicial basta para a convicção de que ele foi exposto a desgaste de vulto que foi muito além do mero dissabor inerente à vida cotidiana, afetando-o como de resto qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição seria afetada.

É o que se conclui pela aplicação das regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95), não tendo a ré dispensado ao autor o tratamento que lhe era exigível ao menos na espécie vertente.

Ficam caracterizados os danos morais, pois.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, diante da ausência de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 20 de outubro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA